

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMO INSTRUMENTO DE INCENTIVO AO AGRONEGÓCIO: APONTAMENTOS**

KEILA MILENA LOPES BUSS

CACOAL-RO

2021



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE RONDÔNIA COMO INSTRUMENTO DE INCENTIVO AO AGRONEGÓCIO: APONTAMENTOS

KEILA MILENA LOPES BUSS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Rondônia – IFRO – Campus Cacoal como requisito para obtenção da graduação em Tecnólogo em Agronegócio, sob a orientação da Professora Dr^a Angelita Aparecida Coutinho Picazevicz.

CACOAL-RO

2021

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo averiguar a disponibilização de políticas públicas enquanto ferramentas de desenvolvimento da agricultura familiar no Estado de Rondônia, referindo-se à estas como instrumento de incentivo ao agronegócio. Quanto a metodologia empregada, a pesquisa constitui-se do tipo exploratória-descritiva, exploratória e bibliográfica com embasamento em artigos científicos, livros, revistas, entre outros meios. A agricultura familiar tem um terço do total da representatividade do agronegócio, sendo o setor responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e correspondendo a mais de 74% da mão-de-obra ocupada nas propriedades rurais do país, além de vincular-se pela maioria dos alimentos postos na mesa dos brasileiros. Porém, as dificuldades encontradas por agricultores familiares são tão representativas quanto suas colaborações para a economia. O Estado de Rondônia, detentor do segundo maior número de estabelecimentos agrícolas familiares da Região Norte, tem sua economia voltada em atividades agrícolas e pecuárias, no entanto, historicamente, esses agricultores familiares estiveram sempre à margem das ações do Estado brasileiro, e o incentivo a essa categoria sempre foi insuficiente. Desse modo, embora enfática a sua representatividade, é visível a necessidade de implementações dessas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no estado de Rondônia, visto que essas, quando bem executadas, agregam para o desenvolvimento deste âmbito no Estado, sendo um instrumento importante quanto a condução deste seguimento no setor do agronegócio.

Palavras-chave: Crédito Rural. Fomento. Produtores Rurais.

ABSTRACT

The present work aims to allegation the availability of public policies as tools for the development of family agriculture in the state of Rondônia, referring to them as an incentive tool for agribusiness. As for the methodology employed, the research is an exploratory-descriptive, exploratory and bibliographic type based on scientific articles, books, magazines, among other means. Family agriculture accounts for one-third of total agribusiness representativeness, with the sector accounting for more than 40% of the gross value of agricultural production and accounting for more than 74% of the labor force employed in rural properties in the country. to be bound by the majority of food placed on the table of Brazilians. However, the difficulties encountered by family farmers are as representative as their contributions to the economy. The state of Rondônia, which holds the second largest number of family farms in the Northern Region, has its economy focused on agricultural and livestock activities, however. Historically, these family farmers have always been on the fringes of the Brazilian state's actions, and the incentive to this category has always been insufficient. Thus, although its representativeness is emphatic, the need for implementations of these public policies aimed at family agriculture in the state of Rondônia is evident, since these, when well executed, add to the development of this scope in the state, being an important instrument when the conduct of this follow-up in the sector of this agribusiness.

Keywords: Farma Credit. Development Scheme. Farmers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	06
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	07
3.1 CONTEXTO DA RURALIDADE BRASILEIRA.....	07
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	08
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	09
3.4 PRONAF.....	11
3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS A AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA.....	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
ANEXOS.....	26

1 INTRODUÇÃO

O Agronegócio, entendido em sua totalidade, englobando todas as atividades rurais, possui representatividade altamente expressiva no cenário brasileiro, constituindo uma das bases da economia do país. Oliveira et al. (2014) constataram que o Produto Interno Bruto (PIB) do país é 30% constituído por atividades do agronegócio, além de gerar empregos e movimentar a exportação.

O grande destaque desse setor deve-se, sobretudo, a agricultura familiar, o qual segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2006, do total da representatividade do agronegócio, um terço teve como origem a agricultura familiar. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009) o setor é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária, corresponde a mais de 74% da mão-de-obra ocupada nas propriedades rurais do país, além de responder pela maioria dos alimentos postos na mesa dos brasileiros.

Durante muito tempo, a agricultura familiar foi um segmento pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira. Seu papel no desenvolvimento brasileiro ganhou força nos últimos anos, impulsionada por debates sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento econômico.

As dificuldades encontradas por agricultores familiares são tão representativas quanto suas colaborações para a economia. Estudo realizado por Guilhoto et al. (2007) apontam como uma das principais dificuldades enfrentadas por essa classe, a falta de incentivos fiscais. De acordo com Muller (2011) os problemas da agricultura familiar têm sua origem na exclusão dessa classe de produtores das políticas públicas dirigidas ao meio rural, quer sejam estas de caráter produtivo ou social. No entanto, mesmo com tais dificuldades a participação dessa categoria na economia apresenta dados crescentes em todo o país.

Os estados brasileiros, em maior ou menor grau, apresentam alicerces na agricultura familiar. Os estados das regiões Norte, Nordeste e Sul possuem maiores níveis de participação desse setor no PIB dos mesmos. A agricultura familiar do Norte, especificamente, deriva de métodos um tanto quanto atrasados e de subsistência, fruto de seu processo histórico de colonização e expansão da fronteira agrícola, que ainda são observados nos modelos de agricultura e pecuária atuais (GUILHOTO et al. 2007).

O Estado de Rondônia, detentor do segundo maior número de estabelecimentos agrícolas

familiares da Região Norte, tem sua economia baseada em atividades agrícolas e pecuárias, com a agricultura familiar presente em grau elevado, entretanto, considerando que os agricultores familiares, historicamente, sempre estiveram à margem das ações do estado brasileiro, o incentivo a essa categoria sempre foi insuficiente, como deixa claro Grisa e Schneider (2014). No Estado de Rondônia esse cenário desfavorável foi agravante para o retardamento do desenvolvimento da agricultura familiar.

Conforme o exposto, o presente estudo tem como objetivo principal averiguar a disponibilização de políticas públicas enquanto ferramentas de desenvolvimento da agricultura familiar no Estado de Rondônia. Estas, quando bem executadas, agregam para o desenvolvimento deste âmbito no estado, sendo um instrumento importante quanto a condução deste seguimento no setor do agronegócio, visto que, a agricultura familiar ainda pode ser interpretada como um setor contrário as posições ideológicas do agronegócio, enquanto que esta na verdade, é mola propulsora do mesmo e um dos promotores do crescimento da economia do País.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa constitui-se do tipo exploratória-descritiva, pois dentro da sua elaboração será necessário explorar a existência das políticas públicas empregadas aos agricultores familiares. Assim, Gil (2002) cita que uma pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o assunto, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, objetivando o aprimoramento das ideias. Descritiva, por descrever as características de certa população ou fenômeno (GIL, 2009).

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica, visto que muitos autores e artigos são utilizados para a constituição da pesquisa de acordo com suas concepções, argumentações e informações a respeito do conteúdo da problemática. Em vista disso, buscou-se como suporte bibliográfico conteúdos de valor auxiliar que tratam sobre as políticas públicas destinadas aos agricultores familiares. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de livros, periódicos, revistas especializadas e trabalhos científicos, com a finalidade de compilar as informações sobre o assunto e auxiliar na análise deste.

Buscando fundamentar a pesquisa, desenvolveu-se o referencial teórico do trabalho, através da pesquisa bibliográfica, onde se estabeleceu um contato direto com os trabalhos já escritos sobre o tema, facilitando a manipulação das informações.

Para a compilação das bibliografias necessárias para a realização do projeto, utilizou-se como método auxiliar para acesso a essas informações o Banco de dados da Scielo, e para uma pesquisa mais particular sobre a problemática no Estado de Rondônia, o banco de dados da UNIR (Universidade Federal de Rondônia).

Visando uma pesquisa de conclusões sólidas e de uma análise singular, foi empregado o uso de materiais que não receberam ainda nenhum tratamento analítico, são estes, designados por documentos "de primeira mão" e são, neste caso, documentos conservados em arquivos de um Órgão Público.

A pesquisa documental foi então realizada através do acesso aos dados primários da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia-EMATER/RO, que diziam respeito ao fluxo de financiamentos destinados aos Agricultores Familiares no Estado de Rondônia, e para uma análise mais sistêmica, a um quadro geral dos municípios da Região Norte.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Apesar de todos os significativos avanços sociais no país nos últimos anos, a combinação de pobreza e desigualdade social no Brasil permanece ainda como um dos desafios a serem enfrentados por meio de uma estratégia de desenvolvimento efetiva.

3.1 CONTEXTO DA RURALIDADE BRASILEIRA

No meio rural essa realidade de desigualdades se expressa de maneira ainda mais ímpia. A Folha de Londrina (2017), apresenta os resultados alarmantes da pesquisa realizada através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro, a qual corrobora essa afirmação ao permitir estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade. Na respectiva pesquisa denotou-se que a renda domiciliar per capita média da população urbana é quase três vezes maior do que a da população rural. Com relação à escolaridade da população adulta, 60% da população urbana com mais de 18 anos possui o fundamental completo, ante 26,5% da população rural.

Outro dado refere-se à desigualdade quanto à concentração de terras do País. O Censo Agropecuário de 2017 mostra que as grandes propriedades concentram 47,5% de toda a área rural do país. Em contrapartida, os estabelecimentos rurais com área inferior a dez hectares ocupam uma área de apenas 2,2% do território produtivo nacional. Fazendo uma breve análise comparativa, com o senso agropecuário antecedente realizado em 2006, as terras com menos de dez hectares representavam 2,7% do total, e as grandes propriedades representavam 45% de estabelecimentos rurais, retratando a ainda desigual concentração de terras, que tem evoluído com o decorrer dos anos.

Freitas (2018) aponta que há uma discrepância eminente em relação à distribuição de terras, uma vez que, alguns detêm uma elevada quantidade de terra e outros possuem pouca ou nenhuma, isto é, uma grande parte das terras do país se encontra nas mãos de uma pequena parcela da população, os latifundiários, enquanto uma quantidade muito inferior de terras é distribuída entre os muitos minifundiários, os quais, produzem na maioria dos casos, para a subsistência familiar. Ele salienta ainda que, essa desigualdade estrutural fundiária brasileira configura como um dos principais problemas do meio rural, haja visto que esta interfere diretamente na quantidade de postos de trabalho, valor de salários e, automaticamente, nas condições de trabalho e modo de vida dos

trabalhadores rurais.

Em contrapartida, apesar desse cenário problemático de desigualdade em que os pequenos produtores rurais estão inseridos, a relevância da agricultura familiar em termos econômicos e sociais no Brasil vêm ganhando cada vez maior proporção.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Schneider (2003) a agricultura familiar é de crucial relevância para o Brasil, seja pelo seu exímio desempenho na produção e fornecimento de alimentos à população, por fomentar a economia do país, e pela pertinência social que ela representa, como grande absorvedora da mão de obra rural.

Nos últimos anos, o Brasil conheceu avanços significativos no que diz respeito a uma melhor definição e compreensão das características e do significado da agricultura familiar. O principal avanço, refere-se ao reconhecimento da capacidade econômica e discrepância social deste grupo, que de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho 2006, define como agricultor familiar o indivíduo que pratica atividade no meio rural, que não detenha mais que quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento, que tenha renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e que dirija seu estabelecimento com sua família. No entanto, há uma distinção quanto aos padrões de vida e de trabalho dentre os agricultores familiares, visto que este é o retrato das diferenças de acesso às políticas públicas, aos mercados e ao desenvolvimento tecnológico. Uma grande parcela dos agricultores foi atingida negativamente pelo processo de modernização da agricultura brasileira, tornando a agricultura familiar do País um exemplo de diversidade cultural, ambiental, social e econômica (GRISA, 2012).

De acordo com o Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2017, foi apontado que além dos 77% dos estabelecimentos rurais serem apontados como agrícolas familiares, esse setor emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% das pessoas ocupadas no meio rural, denotando assim a importância da agricultura familiar para a sociedade brasileira.

Essa importância se sustenta sob vários aspectos, considerando que, a agricultura familiar está profundamente ligada à segurança alimentar e nutricional, protege a agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, impulsiona a economia local, é potencial provedora de postos de

trabalho, além de contribuir para compensar as mudanças climáticas e ambientais.

Tendo em vista a importância dada a agricultura familiar, Silva (1999) argumenta que a agricultura familiar deve ser pensada como uma área de grandes possibilidades de desenvolvimento, tanto local como regional, e que é responsabilidade de toda a sociedade, mas prioritariamente do Governo, desenvolver políticas e programas que atendam às necessidades básicas dessa área, possibilitando geração de renda e o sustento da família. Assim, diversos debates ocorreram acerca do papel do estado para com a agricultura familiar no início dos anos 90, e muitos autores passaram a discorrer sobre a necessidade de um modelo de desenvolvimento para esse setor.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Para Veiga (1991) e Abramovay (1998) a agricultura familiar brasileira desempenha um papel de grande relevância para um desenvolvimento mais igualitário, haja visto que este segmento produz alimentos a preços mais acessíveis para as populações de menor poder aquisitivo, sendo assim, o estado é o agente de maior interesse em impulsionar esse seguimento, visando garantir o fornecimento de alimentos a população. Em contrapartida, para Delgado e Teodoro (2005), essa percepção é errônea, uma vez que o interesse político do estado sempre foi o de geração de crescimento econômico, e essa visão implica, a uma parcela da população, principalmente aquela de menores condições, no aumento da pobreza.

Ricci (2013), no entanto, ressalva que a influência na economia das pequenas cidades e no desenvolvimento rural é eminente, pois a agricultura familiar é responsável por gerar mão de obra e movimentar consideravelmente o comércio local. E, salienta que essa percepção sobre a dimensão da agricultura familiar é fator contribuinte para o desenvolvimento de políticas e programas governamentais voltados diretamente a esse setor, como forma de gerar melhores condições, tanto para a produção quanto para a comercialização dos produtos. Neste sentido, há uma perspectiva, inclusive nas políticas públicas, de fortalecer a agricultura familiar como expressão social, cultural, e econômica, objetivando abordar e redimensionar o modelo de desenvolvimento rural.

Souza et al. (2011) afirma que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional que visava auxiliar especificamente os pequenos produtores rurais, o governo até então, tinha uma visão fechada para a agricultura devido priorização dos setores industriais do Brasil. Não obstante dizer que, o agricultor familiar não era lembrado pelo governo, e a agricultura constituída pela mão de obra familiar não era vista como potencialidade de geração de

renda, seu método de produção era considerado antiquada e arcaica, subjugando-a que não seria capaz de contribuir para o crescimento e desenvolvimento do País.

Essa concepção só passou a se converter a partir de 1995, quando se passou a entender que o agricultor familiar, na verdade, é de fundamental relevância, tanto para a economia do país, como para aquelas regiões mais afastadas, por esta ser potencial provedora de mão de obra, gerar rendas para inúmeras famílias, e principalmente, fornecer alimentos para a população interna do País (RICCI, 2013).

A década de 1990 marca, portanto, o início de um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil que criam espaço e condições favoráveis para a consolidação da agricultura familiar. (ABRAMOVAY, 2005)

Silva (2015) afirma que o histórico da intervenção governamental impacta na trajetória da população e nas transformações ocorridas nas propriedades agrícolas familiares, o que implica dizer que, os resultados obtidos pelos agricultores assim como as condições em que se encontra a agricultura familiar são em grande parte consequências da trajetória das políticas públicas.

De acordo com Cavallet (1999), o Estado brasileiro procurou através de políticas públicas de fomento, manter o produtor na atividade agrícola, visando a diminuição da pobreza no campo e as conquistas dos mais básicos direitos sociais, visando o desenvolvimento rural e a diminuição do êxodo neste.

Em contrapartida, Souza Filho (2004) ressalva que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, surgidas ao fim do século XX, ocorreram muito mais da necessidade de o Estado intervir na crescente exclusão social da população agrícola, como também pela pressão exercida pelos movimentos sociais e intelectuais que abordavam a importância do segmento, do que nas discussões mais amplas e vistas, como a geração de desenvolvimento.

Segundo Miranda e Gomes (2016), embora enfáticos em afirmar a importância das políticas públicas para a agricultura familiar nacional e o desenvolvimento rural do país, discorrem que há ainda muitas limitações quanto a operacionalização, ou seja, a dificuldade consiste em transformar em ação um sistema que permanece “no papel”.

Dentre estas limitações, destacam-se a baixa abrangência em termos de regiões atingidas, ou seja, há uma desigualdade na distribuição regional dos recursos provenientes de políticas públicas. O acesso facilitado para agricultores mais capitalizados em detrimento dos mais fragilizados é também uma problemática, o que corresponde a um baixo volume de crédito destinado aos agricultores familiares que não possuem tecnificação na produção, e que produzem em menor escala, isto é, os que

mais necessitam dos recursos oriundos das políticas públicas (MIRANDA et al. 2016).

3.4 PRONAF

Ao falar de política pública para a agricultura familiar é necessário falar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), devido à importância que o programa representa para esse setor no país. Segundo Schneider et al. (2004) dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram no âmbito das políticas públicas para o meio rural brasileiro, pode-se destacar a criação do PRONAF, o qual implicaria no reconhecimento e legitimação do estado a uma nova categoria social, a agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1996, conforme o decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996):

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

O PRONAF se tornou o primeiro programa na história das políticas públicas do setor com caráter nacional, considerando as diversidades e especificidades desse segmento tão específico de nossa economia. (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Andrade (2002) atribui a verdadeira origem do programa à necessidade de tratamento diferenciado, não apenas do acesso ao crédito, mas também da atividade de agricultura familiar, num processo de desenvolvimento rural sustentável, uma vez que suas condições de produção são específicas e distintas em relação à agricultura patronal.

O PRONAF, não “nasceu” política pública, originou-se de um programa de crédito, PROVAP, e inicialmente foi apenas uma resposta do Poder Público as reivindicações dos agricultores familiares que se encontravam as margens das ações governamentais, e das lutas dos sindicalistas. Atualmente, este é considerado o principal programa destinado a essa categoria social e assumiu importante papel, para o desenvolvimento agrícola do país (CAVALCANT, 2014).

A instituição do PRONAF não está apenas ligada as políticas públicas estabelecidas pelo governo federal, existem uma série de vínculos com governos locais e parcerias com bancos e instituições financeiras que liberam esse tipo de crédito, onde os mesmos devem seguir as regras estabelecidas pelo Governo Federal. O PRONAF apresenta linhas de créditos de acordo com o que a

lei a orienta, mas a grosso modo se destacam às linhas de custeio, investimento e comercialização. (RICCI, 2013).

Em menor proporção, outros programas são voltados a agricultura Familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater); Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Lei da Agricultura Familiar; Lei Orgânica de Segurança Alimentar; Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat); Programa Mais Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM-Bio); Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

Não obstante, todos os programas auxiliam na fomentação da agricultura familiar, buscando o desenvolvimento do meio rural e do País como um todo, mas vale ressaltar que o volume de recursos aplicados ainda é pouco difundido, e muitas pessoas desconhecem a aplicação dos recursos em nível nacional, muito menos em estados pouco desenvolvidos, como Rondônia, havendo a necessidade de se buscar a existência, tal como, a efetividade das políticas públicas no Estado (RICCI, 2013).

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS A AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA

O desenvolvimento das atividades agropecuárias depende, em grande parte, do investimento, por meio de políticas públicas voltadas a agricultura familiar. Dentre as políticas públicas, o PRONAF destinado aos Agricultores Familiares, é de fundamental importância para o desenvolvimento de grande parte das atividades de uma empresa rural, sendo indispensável quando pensamos em desenvolvimento tecnológico e produtivo em uma propriedade. (MDA, 2000).

Entretanto, Silva et al. (2008) argumentam que os recursos do PRONAF não chegam a promover um aumento da produtividade via tecnologia porque estes estão concentrados em maior parte na região Sul, onde já estão os agricultores com maior eficiência tecnológica. Os autores se juntam, assim, àqueles que criticam a má distribuição de recursos do Programa o que estaria contribuindo para manter o desequilíbrio regional no país. Souza et al. (2013) afirmam que mesmo constatando uma suavização da disparidade regional no que se refere a esses índices, critica-se o Programa por não contribuir de maneira mais incisiva para a inclusão dos segmentos mais frágeis da agricultura familiar, e ressalvam que há a preferência dos agentes financeiros em privilegiar a realização de contratos com agricultores de maior aquisição financeira, que lhes implica em um

retorno financeiro mais assegurado, tornando enfática a discussão de que as Políticas Públicas destinadas aos agricultores familiares sempre dará mais prioridade ao retorno econômico para a economia do país, do que para a sua ideologia em si.

No decorrer dos anos 2000, a FAO/INCRA realizou um estudo acerca da disponibilidade das políticas públicas como fomento aos agricultores familiares no País, e quando cruzados os dados das cinco regiões brasileiras, tornou-se exposto a desigualdade na absorção de crédito das regiões. A Região Nordeste, que detinha 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros absorvia 14,3% do financiamento rural destinado a esta categoria de agricultores, enquanto que a Região Sul, que detinha 21,9% dos estabelecimentos absorvia 55% do financiamento. Dos 100 municípios maiores tomadores de crédito do programa, 82 estavam localizados na Região Sul e 12 na Região Norte. Os 6% restantes estavam distribuídos entre as demais regiões.

Tal fato caracterizava um desequilíbrio muito forte a favor da Região Sul. Vale ressaltar que para amenizar tal desequilíbrio, houve algumas reestruturações no Programa a partir dos anos 2000, o que tendia a beneficiar as regiões mais fragilizadas, como o Norte e Nordeste, onde se concentram os agricultores familiares mais pobres, que deveriam ser o alvo preferencial de uma política de desenvolvimento, e embora houve uma redução da desigualdade na distribuição dos contratos, não é uma mudança que implica em maior justiça distributiva, tendo em vista que a Região Sul continua concentrando maior disponibilidade de créditos do Pronaf (MATTEI, 2005).

Conforme o abordado, ocorreu uma considerável mudança no âmbito de distribuição das políticas públicas para com os agricultores familiares nas regiões do país. A Região Norte, que detinha a segunda maior quantidade de municípios tomadores de crédito, atualmente supera apenas a Região Centro-Oeste, mesmo o setor tendo grande pertinência para a economia da Região.

Segundo Guanzirolí et al. (2001) a agricultura familiar na Região Norte é fortemente marcada pelo meio ambiente amazônico, pelo isolamento, pelas dificuldades de acesso aos mercados e pela falta de apoio do setor público. Ainda hoje uma parte dos produtores adota sistemas de cultivos itinerantes. Trata-se da clássica expansão da fronteira agrícola na região impulsionada por pequenos produtores familiares, em busca da sobrevivência.

A região Norte tem grande participação do segmento agrícola familiar, mas o montante do próprio agronegócio total é baixo se comparado com de outras regiões. As propriedades familiares da Região Norte são bem diferentes das do Sul, pois sua existência é derivada de uma agricultura arcaica e de subsistência, sendo a implementação tecnológica pouco difundida e aplicada (GUILHOTO et al.2007).

Em Rondônia, assim como no âmbito Regional, o setor agrícola familiar tem grande importância econômica. De acordo com Santos (2014), no Estado de Rondônia, a agricultura familiar apresenta grande relevância quanto ao incremento econômico, visto que os produtores familiares são responsáveis por boa parte da produção de alimentos do estado.

Ao analisar os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) denota-se que Rondônia possui mais de 91 mil estabelecimentos agropecuários e 81,3% deles são da agricultura familiar. A mesma ocupa 37,7% da área total dos estabelecimentos agropecuários rondonienses, o que implica dizer, que a agricultura familiar ilustra uma boa parcela do agronegócio no Estado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notória a relevância da agricultura familiar no desenvolvimento do país, e esse segmento necessita ser pensado não apenas como agricultura de subsistência, mas, como uma alternativa de se produzir considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos, visto que, este complementa de forma sustentável a economia e atende boa parte da população consumidora e produtora.

Com as práticas agropecuárias em constante desenvolvimento, o Brasil iniciou programas realizados pelo governo Federal que auxiliam os pequenos produtores rurais impulsionando na modernização, implementação de tecnologias e capacitação dos trabalhos manuais, do qual, implicam em um retorno de resultados consideráveis.

De acordo com Delgado et al. (2005), o governo federal proporcionando o financiamento, em especial nos créditos direcionados ao incentivo para os pequenos produtores familiares, é necessário e crucial para o desenvolvimento destes e deve ser mantido. Visto isso, é preciso averiguar os investimentos direcionados a esse grupo tão pertinente social e economicamente, bem como sua real finalidade e implicação no desenvolvimento das práticas agropecuárias no Estado de Rondônia.

Em Rondônia o número de projetos feitos por meio de subsídios de crédito rural entre os anos de 2013 a 2017 decaíram, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de projetos realizados entre 2013 a 2017 e valores de investimentos anuais em Rondônia.

ANO	Nº DE PROJETOS ELABORADOS	VALOR R\$
2013	7023	R\$ 223.388.317,00
2014	6132	R\$ 215.230.629,00
2015	4368	R\$ 196.183.998,00
2016	3734	R\$ 162.316.314,00
2017	2609	R\$ 117.768.595,00
TOTAL		R\$ 914.887.853,00

Fonte: Adaptada de Emater – RO (2018)

Conforme demonstrado na tabela acima, em 2013 houve a elaboração de 7023 projetos, do qual, destinaram-se R\$ 223.388.371,00 para a realização destes. Porém, é visível que no decorrer dos anos ocorreu um retrocesso na distribuição de créditos, visto que, comparado a 2017 o número de projetos desenvolvidos decaiu para 2609, com investimentos de R\$ 117.768.595,00.

Segundo Sepulcri e Paula (2010), a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Paraná (Emater-PR) no início das implantações da extensão rural pública reinava sem concorrentes. E sequente a isso, muitas instituições se lançaram com objetivos semelhantes a esta, em sua maioria, cooperativas de crédito, impulsionando concorrência pelo mesmo público, implicando na diminuição das atividades desenvolvidas pela Emater do estado.

De acordo com o estudo realizado por Souza et al. (2013) do qual avaliou-se os investimentos destinados a agricultura familiar em todas as regiões brasileiras, o número de contratos teve uma acentuada redução em regiões menos capitalizadas, devido ao aumento médio dos contratos e da facilitação na aprovação de projetos que visem a tecnificação no campo.

Em relação ao número de contratantes dos projetos oferecidos no Estado de Rondônia, é notável as disparidades ocorridas de município para município conforme a tabela a seguir.

Tabela 2: Municípios com maiores Investimentos de projetos no estado de Rondônia.

MUNICIPIOS	Nº DE PROJETOS	VALOR R\$
SÃO MIGUEL	51	R\$1.264.808,00
ARIQUEMES	44	R\$1.539.519,00
NOVA MAMORÉ	43	R\$2.745.809,00
JARU	41	R\$1.786.589,00
NOVO HORIZONTE	37	R\$1.229.996,00
COLINA VERDE	36	R\$2.504.996,00
SERINGUEIRAS	35	R\$431.915,00
BURITIS	31	R\$1.295.877,00
ALVORADA	30	R\$1.096.078,00
RIO CRESPO	30	R\$589.476,00

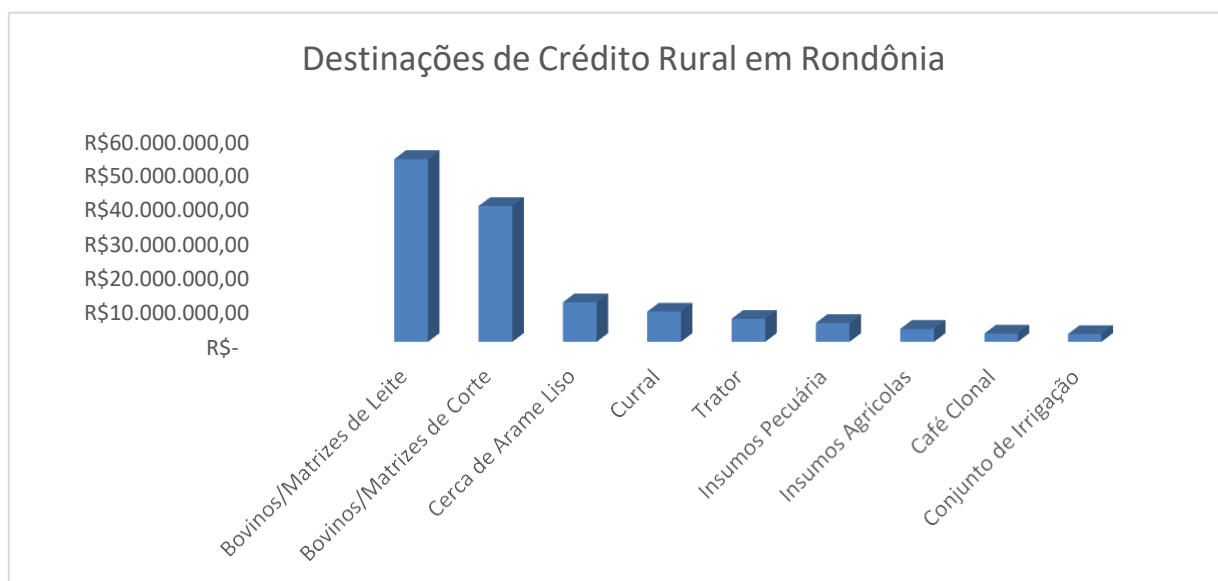
Fonte: Adaptada da Emater – RO (2018)

De acordo com os dados da tabela, os principais municípios detentores de recursos oriundos de políticas públicas oferecidos pela Emater de Rondônia são respectivamente: São Miguel, Ariquemes, Nova Mamoré, Jaru, Novo Horizonte, Colina Verde, Seringueiras, Buritis, Alvorada e Rio Crespo. Na mesma, é possível verificar que, os números de projetos requeridos se equivalem de formas distintas em relação ao valor empregado e que ocorre uma discrepância de pedidos de acordo com cada município, uma vez que, mesmo com o número de projetos inferior a outros municípios, alguns municípios detêm o valor de investimento superior.

Conforme afirmam Prado et al. (2013), a agricultura familiar ainda é a forma predominante de produção em várias regiões do Brasil, sendo essencial para a economia de vários municípios. Estes, necessitam de investimentos para potencializar o segmento, e de acordo com os investimentos aplicados, é fundamentada a economia do município.

Os investimentos impulsionam o aumento da produtividade da agropecuária brasileira e a disponibilidade de diferentes projetos direcionados ao setor proporcionam aos pequenos e médios produtores um crescimento econômico aquisitivo, disperso por distintas oportunidades. No gráfico abaixo, denota-se as principais aplicações dos recursos destinados aos agricultores familiares no estado de Rondônia, e o valor desse investimento por categoria.

Gráfico 1: Maiores destinações de Crédito Rural no Estado de Rondônia.



Fonte: Adaptado da Emater – RO (2018).

De acordo com o gráfico os principais projetos realizados através da política pública de incentivo aos agricultores familiares, PRONAF, no estado de Rondônia destinam-se aos: reprodutores/bovinos de leite e Matrizes leiteiras, reprodutores/bovinos de corte e matrizes de corte, cerca de arame liso, curral, trator, insumos destinados a pecuária, insumos agrícolas, café clonal e conjunto de irrigação.

Segundo Ricci (2013), os investimentos nessas áreas no estado conotam-se devido o mesmo ter sua economia baseada principalmente na pecuária, esse segmento no Estado, no entanto, ainda pode ser observado como obsoleto, considerando que os investimentos são destinados principalmente a

métodos arcaicos de produção, e não tecnificados, como na Região Sul.

Para Pitaguari e Lima (2005), as políticas públicas buscam viabilizar o setor produtivo e melhorar as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades para o desenvolvimento do setor como a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Entretanto, em estados de regiões menos capitalizadas, muitos destes pequenos agricultores ficam à margem deste processo, por não reunir as condições mínimas de capital e gestão que possibilitem adotar tais recursos, o que implica em um ciclo constante, de necessitar de créditos para ter capitalização e tecnologia, e necessitar de capital e tecnologia para adquirir crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja uma categoria social recente, nos últimos anos, a agricultura familiar ganhou notoriedade e expressão, tendo em vista a relevância alcançada por esse tipo de produção em termos econômicos, políticos e sociais.

Até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública com abrangência nacional voltada para as necessidades específicas do segmento social dos agricultores familiares. Somente a partir de 1995, com as reivindicações e discussões geradas acerca deste, é que políticas públicas foram criadas visando beneficiar os agricultores familiares. Essas políticas envolvem diferentes aspectos, e fundamentam-se em auxiliar os pequenos produtores na geração de renda no meio rural, visando promover a fixação deste no campo, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Dentre estas, se destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa de maior pertinência ao segmento.

Em Rondônia, embora enfática a representatividade da agricultura familiar, é visível a necessidade de implementações de políticas públicas destinadas aos produtores rurais mais desfavorecidos, tendo em vista que estes produzem apenas para a subsistência, e os incentivos via crédito rural favorecem os produtores mais tecnologicamente capacitados e capitalizados, devido o retorno financeiro ser mais assegurado.

Desse modo, tendo em vista que a capacitação tecnológica das propriedades rurais no Estado de Rondônia é pouco difundida, há uma crescente dificuldade no que diz respeito no acesso aos programas de incentivo ao crescimento dos produtores mais fragilizados, visto que, estas atendem com mais abrangência produtores que visem a tecnificação da propriedade, o que, em Rondônia, é pouco expandido, considerando que o produtor busca, mais do que o seu crescimento, a sobrevivência no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; PIKETTI, M. **Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF):** resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. Cadernos de Ciência & Tecnologia. vol. 22, nº 1, p.53-66. Brasília, 2005.

BARROS, Ricardo Paes. **Desigualdade de renda no Brasil.** Brasília, 2007. Disponível em: <<https://www.tjam.jus.br/phocadownloadpap/desigualdadeepobrezanobrasil>> Acesso em: 03 de Out.2018.

CAVALCANTI, J. B. ; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Coords). **Participação, Território e Cidadania:** um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235665>> Acesso em: 15 de Agosto, 2018.

CAVALLET, V. A. **Formação do Engenheiro Agrônomo em questão:** A expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. 1999. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: FEUSP, São Paulo, 1999. Disponível em:<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAd8YAE/a-formacao-engenheiro-agronomo-questao-a-expectativa-profissional-que-atenda-as-demandas-sociais-seculo-xxi>> Acesso em: 24 de abr. 2018

DELGADO, Guilherme C., Jaccoud, L. e Nogueira, R. **Seguridade Social: Redefinindo o alcance da Cidadania, in Políticas Sociais: Acompanhamento e análise .**Vol. 1, P.17 . São Paulo, 2009.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Segunda Versão (Resumida) do Relatório Final do Projeto. Brasília, 1995. Disponível em <<https://www.fao.org/3/aq096pt/aq096pt.pdf>> Acesso em 29 de Agosto de 2018.

FAVARETO, A. **Agricultores, trabalhadores:** os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.21, p. 62 São Paulo, Out. 2006.

Folha de Londrina. **Desigualdade entre o campo e a cidade**. Paraná, 2017. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/opiniaio/desigualdade-entre-o-campo-e-a-cidade-977458.html>> Acesso em: 16 de Out, 2018.

FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

FREITAS, E. **Estrutura Fundiária do Brasil**. Mundo Educação. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/estrutura-fundiaria-e-as-raizes-historicas-da-concentracao-de-terras-no-brasil/>> Acesso em: 06 de Agosto, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002 Bibliografia. Disponível em < <https://pt.slideshare.net/abdulcassimoarune/antonio-carlos-gil-2002>> Acesso em: 22 de abr. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. UNICAMP, Instituto de Economia, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>> Acesso em: 13 de Set, 2018.

GRISA, C.; Schneider, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interações entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.br/scielo.php?script=sci_artex&pids0103200320146>> acesso em: 23 abr. 2018.

GRISA, K. **Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2012.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro. 2001. Disponível em <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=591917&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22GUANZIROLI,%20C.%22&qFacets=autoria:%22GUANZIROLI,%20C.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>> Acesso em 16 de Set, 2018.

GUILHOTO, J. *et al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, p.27. São Paulo, 2007

GUILHOTO, J. ; ICHIHARA, S. M. ; Silveira, F. G. ; DINIZ, B. C. ; AZZONI, C. R. ; MOREIRA, G. R. C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** São Paulo, 2005. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2408072> Acesso em Novembro, 2018.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar:** primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura-familiar.pdf> Acesso em: 30 abr.2018.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. **Censo Agropecuário de 2017:** primeiros resultados. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> >. Acesso em: 20 de Nov.2020.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf:** análise de indicadores. Brasília, 2005. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/mattei-l-waquil-p-schneider-s-conterato-m-a-radomsky-g-f-namizaki-g-niederle-s-uma-analise-dos-impactos-do-pronaf-sobre-as-economias-locais-nas-regioes-nordeste-sudeste-e-norte-do-brasil-trabalho-apresentado-no-14v-congresso-da-sober-londrina-parana-julho>> Acesso em: 16 de Agosto, 2018.

MATTEI, L. **Desenvolvimento territorial com inclusão produtiva como estratégia de erradicação da pobreza rural.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/kYh7sPhyhZbjzd7BgDZz4hJ/>> Acesso em 09 de Julho, 2018.

MIRANDA, D.L.R.; GOMES, B. M. A. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar:** trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. Uberlândia .2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v28n3/1982-4513-sn-28-03-0397.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2018.

População Rural e Urbana. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://educa.ibge.gov.br/jovens/populacaoruraleurbana.html>> Acesso em 14 de

Nov., 2018.

RAMALHO, S. S. **Programas do governo e suas influências na qualidade de vida dos produtores rurais no município de Ouro Preto do Oeste - RO.** 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2009. Disponível em: <<http://ri.unir.br:8080/jspui/handle/123456789/1685?mode=full>> Acesso em: 29 abr.2018

RICCI, F.; VALNIER, A. **Programa de Aquisição de Alimentos:** uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. Revista de geografia agrária. V. 8, p. 198 – 228, agosto, 2013. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21732/13079>> Acesso em: 23 abr. 2018.

SANTOS, Souza Juliana. **Agregação de valor na Agricultura familiar:** o caso dos produtores de leite no município de Pimenta Bueno (RO). Rondônia, 2014. Disponível em:<<http://ri.unir.br:8080/jspui/bitstream/123456789/428/1/TCC%20Juliana%20versao%20pos%20banca%20revisada.pdf>> Acesso em: 29 de abr. 2018

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social:** a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. p. 989-1014. Brasília, 2008.

SCHNEIDER, S. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil.** Revista de Política Agrícola, V. 03, p.15-34. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092003000100008&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 23 abr. 2018

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e pluriatividade.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Fev/2003 p. 99-121. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092003000100008&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 23 abr. 2018

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Agronegócio e agricultura familiar: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital.** Maceió, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1427>> Acesso em 09 de Julho, 2021

SOUZA FILHO, O. T. de. **O agronegócio na agricultura familiar.** Juiz de Fora, 2004. Disponível em <<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/agroindustria/artigos/TECNOLOGIA%20DE%20GESTAO%20E%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>> Acesso em 07 de Dezembro, 2018.

SOUZA, P. M., NEY, M. G. e PONCIANO, N. J. **Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-crédito.** Rio Grande do Sul 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000200002> Acesso em 01 de dezembro de 2018

SOUZA, T. A.; MIRANDA, D. L. R.; VENTURI, A. Z.; GOMES, A. **Relatório Técnico Território Vale do Ribeira - PR. Diagnóstico Socioeconômico do município de Itaperuçu.** Programa Redes de Desenvolvimento Sustentável. Associação Aliança Empreendedora, 2011.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em < <https://www.garamond.com.br/produto/240.pdf>> Acesso em 4 de Dezembro, 2018.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Olhares sobre o rural brasileiro.** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 23. Paraíba, 2004.



Anexos

PROJETOS CONTRATADOS POR AGENTE FINANCEIRO E ELABORADOS PELOS ESLOC's -

REGIONAL PORTO VELHO - TERRITÓRIO MADEIRA MAMORÉ						
ESLOC	CONTRATADOS		PENDENTES		TOTAL	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
PORTO VELHO	7	244.941,64	21	715.608,39	28	960.550,03
CALAMA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CANDEIAS DO JAMARI	24	1.770.395,94	7	636.237,00	31	2.406.632,94
EXTREMA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GUAJARÁ MIRIM	6	417.784,13	12	1.949.815,31	18	2.367.599,44
ITAPUÃ DO OESTE	20	756.015,50	17	1.394.555,55	37	2.150.571,05
JACI-PARANÁ	1	71.000,00	5	323.256,00	6	394.256,00
NOVA CALIFORNIA	10	1.001.167,18	10	902.608,29	20	1.903.775,47
NOVA MAMORÉ	43	2.745.809,21	33	2.451.709,47	76	5.197.518,68
NOVA DIMENSÃO	21	1.358.588,52	10	650.612,51	31	2.009.201,03
PORTO VERDE	0	0,00	11	344.769,55	11	344.769,55
RIO PARDO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TRIUNFO	13	446.086,50	6	569.793,00	19	1.015.879,50
UNIÃO BANDEIRANTES	5	341.191,96	15	1.037.395,02	20	1.378.586,98
VISTA ALEGREDO ABUNÃ	4	422.242,00	1	98.533,20	5	520.775,20
SUB TOTAL 1	154	9.575.222,58	148	11.074.893,29	302	20.650.115,87
REGIONAL DE ARIQUEMES - TERRITÓRIO VALE DO JAMARI						
ESLOC	CONTRATADOS		PENDENTES		TOTAL	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
ARIQUEMES	44	1.539.519,48	38	1.851.848,64	82	3.391.368,12
ALTO PARAISO	20	706.257,05	26	767.787,51	46	1.474.044,56
BURITIS	31	1.295.877,95	21	927.747,44	52	2.223.625,39
JACINÓPOLIS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CACAULÂNDIA	4	274.353,53	0	0,00	4	274.353,53
CAMPO NOVO	8	373.974,11	18	648.923,95	26	1.022.898,06
CUJUBIM	16	542.886,09	12	413.396,20	28	956.282,29
MACHADINHO	19	971.125,28	12	465.967,60	31	1.437.092,88
MONTE NEGRO	22	805.177,57	0	0,00	22	805.177,57
RIO CRESPO	30	589.476,09	7	352.109,15	37	941.585,24
SUB TOTAL 2	194	7.098.647,15	134	5.427.780,49	328	12.526.427,64
REGIONAL DE JI-PARANÁ - TERRITÓRIO CENTRAL						
ESLOC	CONTRATADOS		PENDENTES		TOTAL	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Ji-PARANÁ	3	152.112,50	6	163.735,30	9	315.847,80
COLINA VERDE	36	2.504.442,95	6	439.524,80	42	2.943.967,75
ESTRELA RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GOV.JORGE TEIXEIRA	21	1.547.937,92	12	527.154,89	33	2.075.092,81
JARU	41	1.786.589,08	51	2.166.719,67	92	3.953.308,75
MIRANTE DA SERRA	4	192.974,36	9	382.648,16	13	575.622,52
NOVA LONDRINA	9	362.916,56	8	214.144,40	17	577.060,96
NOVA COLINA	7	254.771,70	3	164.275,00	10	419.046,70
NOVA UNIÃO	4	319.506,68	7	17.500,00	11	337.006,68
NOVO RIACHUELO	0	0,00	2	126.000,00	2	126.000,00
OURO PRETO	15	866.666,99	7	458.274,00	22	1.324.940,99
PRESIDENTE MÉDICI	5	250.436,08	21	685.626,22	26	936.062,30
RONDONINAS	12	234.080,10	7	413.746,30	19	647.826,40



TARILÂNDIA	1	156.152,00	1	99.957,00	2	256.109,00
TEIXEIRÓPOLIS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
THEOBROMA	4	322.519,48	0	0,00	4	322.519,48
URUPÁ	1	51.000,00	1	17.533,95	2	68.533,95
VALE DO ANARI	3	255.293,00	4	325.924,50	7	581.217,50
VALE DO PARAISO	7	365.527,70	3	214.044,50	10	579.572,20
SUB TOTAL 3	173	9.622.927,10	148	6.416.808,69	321	16.039.735,79
REGIONAL DE PIMENTA BUENO - TERRITÓRIO RIO MACHADO						
ESLOC	CONTRATADOS		PENDENTES		TOTAL	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Pimenta Bueno	18	977.204,60	18	1.454.182,92	36	2.431.387,52
Cacoal	0	0,00	7	75.767,84	7	75.767,84
Espigão do Oeste	17	1.551.804,86	12	795.201,55	29	2.347.006,41
Ministro Andreazza	15	561.090,10	8	339.680,89	23	900.770,99
São Felipe	8	480.191,34	15	768.462,39	23	1.248.653,73
Parecís	7	429.294,80	24	957.345,58	31	1.386.640,38
Primavera de Rondônia	12	1.104.619,94	2	291.736,97	14	1.396.356,91
Boa Vista do Pacarana	1	77.620,27	5	362.536,00	6	440.156,27
SUB TOTAL 4	78	5.181.825,91	91	5.044.914,14	169	10.226.740,05
REGIONAL DE ROLIM DE MOURA - TERRITÓRIO ZONA DA MATA						
ESLOC	CONTRATADOS		PENDENTES		TOTAL	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
ROLIM DE MOURA	3	396.870,72	30	1.382.402,64	33	1.779.273,36
ALTA FLORESTA	2	8.251,82	6	290.002,87	8	298.254,69
ALTO ALEGRE	15	1.275.187,39	14	519.807,11	29	1.794.994,50
CASTANHEIRAS	14	1.204.987,98	18	1.390.251,24	32	2.595.239,22
NOVO HORIZONTE	37	1.229.996,55	37	1.274.511,83	74	2.504.508,38
NOVA BRASILÂNDIA	14	651.648,57	25	976.170,65	39	1.627.819,22
SANTA LUZIA	22	409.240,78	19	934.004,47	41	1.343.245,25
IZIDOLÂNDIA	5	274.600,00	18	645.800,00	23	920.400,00
SUB TOTAL 5	112	5.450.783,81	167	7.412.950,81	279	12.863.734,62
REGIONAL SÃO FRANCISCO (VALE DO GUAPORÉ)						
ESLOC	CONTRATADOS		PENDENTES		TOTAL	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
ALVORADA	30	1.096.078,36	14	1.850.200,58	44	2.946.278,94
SÃO MIGUEL	51	1.264.808,10	13	453.785,25	64	1.718.593,35
SERINGUEIRAS	35	431.915,00	46	1.090.104,41	81	1.522.019,41
SÃO FRANCISCO	16	861.286,10	13	709.834,82	29	1.571.120,92
SÃO DOMINGOS	6	200.090,00	6	409.745,94	12	609.835,94
COSTA MARQUES	5	340.040,00	10	821.719,00	15	1.161.759,00
SUB TOTAL 6	143	4.194.217,56	102	5.335.390,00	245	9.529.607,56
REGIONAL DE COLORADO (TERRITÓRIO- CONE SUL)						
ESLOC	CONTRATADOS		PENDENTES		TOTAL	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
COLORADO	19	1.203.884,49	13	702.143,78	32	1.906.028,27
CABIXI	26	690.679,92	11	387.279,47	37	1.077.959,39
CEREJEIRAS	18	1.348.127,42	6	612.500,00	24	1.960.627,42
CHUPINGUAIA	16	952.432,65	15	413.600,00	31	1.366.032,65
CORUMBIARA	10	716.525,70	27	975.327,46	37	1.691.853,16
PIMENTEIRAS	6	161.000,00	8	262.210,56	14	423.210,56
VILHENA	7	315.207,11	11	584.991,99	18	900.199,10
SUB TOTAL 7	102	5.387.857,29	91	3.938.053,26	193	9.325.910,55



10.2. DADOS GERAIS:

ANO	Nº PROJETOS ELABORADOS	VALOR R\$
2013	7.023	223.388.317,09
2014	6.132	215.230.629,00
2015	4.368	196.183.998,07
2016	3.734	162.316.314,38
2017	2.609	117.768.595,2
TOTAL		914.887.853,74





